



SEMINÁRIO

**HISTÓRIA
LITERATURA,
ARTE E
CATÁSTROFE.**

Como narrar o inenarrável?

26 a 28/04/2023

CADERNO DE RESUMOS



CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte
2023



26 a 28/04/2023

CADERNO DE RESUMOS



Belo Horizonte
2023

S471 Seminário História, Literatura, Arte e Catástrofe : Como narrar o inenarrável? : [Caderno de resumos] / Coordenadores: Denilson de Cássio Silva, Claudia Maia, Juliana Godin. - Belo Horizonte: CEFET-MG, 2023.

16 p.

1. História. 2. Literatura - História e crítica. 3. Arte e sociedade. 4. História na arte. I. Silva, Denilson de Cássio. II. Maia, Claudia. III. Godin, Juliana. IV. Título.

CDD: 709

26 de abril de 2023 – Quarta-feira – Auditório do *campus* Nova Gameleira

18h00: Sessão de abertura do evento – representantes do CEFET-MG e do projeto

Coordenadores do evento:

Coordenador: Denilson de Cássio Silva (DHIS CEFET-MG)

Coordenadora Adjunta: Claudia Maia (DELTEC CEFET-MG)

Coordenadora Adjunta: Juliana Godin (DADT CEFET-MG)

18h40: Concerto de abertura – André Pédico (DEADT CEFET-MG)

19h30: Conferência de abertura – Prof. Márcio Seligmann-Silva (IEL Unicamp)

Mediador: Prof. Denilson de Cássio Silva

A tarefa de testemunhar contra o fascismo

A apresentação focará na necessidade de abriremos espaço para o testemunho das violências características de nossa contemporaneidade, entre elas: a violência fascista que transforma a política em tática de terror, a violência de crimes ambientais, a violência de gênero e homofóbica, a violência racista e a violência contra o patrimônio e a memória. O testemunho será apresentado como prática de construção de uma contraescritura resistente da memória e da história que sustenta políticas de igualdade e uma autêntica democracia. Nos últimos anos ficou claro o quanto custa não termos uma população consciente da história do ponto de vista crítico. A partir de exemplos da literatura, do cinema e das artes visuais destaca-se como as artes têm a capacidade de costurar um espaço de imagem que sustenta essa história crítica. Uma “cultura do testemunho” permitirá também lançar as bases para uma outra ética das relações interpessoais e com o nosso meio, marcada não mais pela exploração e pela violência, mas antes por uma valorização das diferenças e do “jogar em comum”. Na ocasião apresentarei também algumas linhas de força de meu último livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, que procurou traçar uma história da memória e das práticas de recordação desde a Antiguidade na tentativa de estabelecer essa “cultura do testemunho”. O pensamento pós-colonial apresenta-se como pré-condição para uma tomada de posição verdadeiramente crítica, sobretudo em um momento de particular retorno das práticas e do pensamento neocolonial. Nesse sentido, a crítica benjaminiana ao historicismo é desdobrada em uma crítica ao modelo eurocêntrico e monolíngue de história. Ao fim, tenta-se mostrar em que medida o colonialismo (com sua hidra de 4 cabeças: racismo; homofobia; misoginia; destruição de corpos subalternizados e da natureza) atravessa a Modernidade constituindo sua coluna vertebral, desaguando nos fascismos de ontem e de hoje.

Palavras chave: Virada testemunhal; Espaço de imagem; Pós-colonialidade.

27 de abril de 2023 – Quinta-feira – Miniauditório do *campus* Nova Suíça

8h às 9h45 – Mesa 1: Guerra com rosto de mulher: quem narra os horrores?

Mediador: Prof. Denilson de Cássio Silva

Ana Amélia Neubern Batista dos Reis (Doutora pela FALE UFMG) – Gandhi, “a pequena rosa desfolhada num lençol”, sob o olhar de Cecília Meireles

A presença da Índia na obra de Cecília Meireles é assunto que tem sido cada vez mais abordado pela crítica literária e tem mostrado ser uma chave importante de leitura da obra da autora brasileira. Por meio de escritos da própria Cecília Meireles, como sua obra literária, sua correspondência, artigos de jornal e, também, o curso “Técnica e Crítica Literárias”, ministrado pela poeta na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1937, sabemos que Cecília cultivou, ao longo de sua vida, um contato profundo e sistemático com a Índia, principalmente, por meio de estudos dos aspectos culturais, históricos e filosóficos daquele país. No presente trabalho, pretendemos focar o vínculo que Cecília Meireles estabeleceu, por meio de sua obra, com Mahatma Gandhi, personalidade pela qual a poeta nutriu grande admiração em vida. Centralmente, o conceito de ahimsa, não violência, postulado por Gandhi, pode ser percebido na poética cecilianas tanto de forma simbólica quanto aparente. A partir da ideia da não violência, pretendemos afirmar que a poeta Cecília Meireles foi uma defensora da vida de forma ampliada e inegociável. Ao longo do sangrento e bélico século XX, a força da luta de Gandhi parece ter representado uma ilha de esperança para nossa autora. Porém, quando do assassinato de Gandhi, em 1948, Cecília escreve uma de suas obras primas, “Elegia sobre a morte de Gandhi”, na qual expressa grande desesperança pela humanidade. O poema parece ser um grito de indignação por todo o processo histórico vivido tanto pela Índia quanto pelo Ocidente em seu período de pós-guerras.

Palavras-chave: Cecília Meireles; Mahatma Gandhi; Não violência; Poesia.

Lisa Vasconcellos (DELTEC CEFET-MG) – Helena e Hécuba: dois mitos femininos para pensar o presente

A fala procurará reexaminar as relações entre mulher e guerra revisitando algumas representações femininas clássicas, que remontam ao primeiro e talvez até hoje mais importante conflito que temos notícias em termos literários, a saber, a Guerra de Troia. Para isso recorrerá a dois textos igualmente famosos, a *Iliada* de Homero e a tragédia *As troianas* de Eurípedes. No primeiro, vemos a guerra retratada de um ponto de vista claramente masculino e épico; o campo de batalha é um lugar de ação e violência do qual as mulheres estão excluídas. O papel das personagens femininas nesse contexto é o da companheira a quem cabe confortar os guerreiros nos poucos momentos de paz que o conflito proporciona. No segundo, vemos a guerra de um ponto de vista feminino, na qual as figuras principais são as mulheres troianas que sobreviveram ao conflito e se tornaram, após seu fim, meros espólios de guerra. O foco da ação aqui são as vítimas, suas perdas e o sofrimento inútil gerado pela ganância alheia. Na primeira obra, a mulher aparece como esposa, os principais exemplos são Helena e Andrômaca; na segunda, como mãe, e o principal exemplo é Hécuba. A partir dessa pequena gramática, passaremos então a examinar a literatura do presente, tentando mostrar como esses dois modelos enformaram nossa visão das relações entre mulher e guerra e como essa visão vem mudando na última década.

Palavras-chave: Guerra; Mulheres; Mito.

Denilson de Cássio Silva (DHIS CEFET-MG) – A guerra na vida, a vida na guerra: Isabel do Prado e o testemunho da experiência sobre a II Guerra Mundial (Rio de Janeiro – Londres, 1939-1942)

A comunicação aborda a experiência de guerra da professora, ativista e cronista carioca, Isabel do Prado. Mais conhecida por ter sido amiga e correspondente da poetisa e educadora Cecília Meireles, Isabel teve uma trajetória intelectual marcada pelo envolvimento em distintas frentes de atuação. Em 1933, já diplomada professora de Língua Inglesa, foi premiada com bolsa de estudo pelo Institute of International Education – cursando Ciências Sociais, por um ano, na Ohio University – vindo, pouco depois, a se formar também pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi também uma das fundadoras, em 1929, da União Universitária Feminina (UUF) e presidente do órgão oficial de comunicação da entidade, a Revista de Cultura e Técnica (1937-1939). A comunicação analisa as ideias e práticas político-sociais de Isabel do Prado, em especial, de seus discursos sobre a guerra, suas apreciações e vivências acerca dos impactos humanos, sociais, políticos e culturais da carnificina. Tem-se como foco os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, em especial, quando Isabel tornou-se a primeira mulher contratada pela Seção Brasileira do Departamento Latino-Americano da British Broadcasting Corporation (BBC) de Londres, passando a residir e a trabalhar nos arredores da capital inglesa. Sob o pseudônimo de Patrícia Campo, ela se tornou cronista e locutora, destacando-se no quadro Página Feminina do programa Radio Magazine, transmitido, em português, quinzenalmente, da Inglaterra para o Brasil. De novembro de 1941 a outubro de 1942, ela escreveu e leu pelo menos trinta e quatro crônicas, transmitidas pelo rádio, constituindo um relevante registro das preocupações e proposições, manifestadas no instante de maior ameaça do avanço nazifascista. Com base, sobretudo, nestes textos, pretendemos problematizar as observações e ênfases da autora, os recortes temáticos adotados, a participação no esforço de propaganda contra as forças do Eixo, os relatos do cotidiano, as figuras de linguagem, o tom das narrativas e o pensar sobre os perigos e urgências daquele momento.

Palavras-chaves: Isabel do Prado; Segunda Guerra Mundial; Testemunho da experiência.

10h às 12h – Mesa 2: Quadros de guerra, a guerra em quadros: quando as imagens falam?

Mediadora: Profa. Juliana Godin

Ísis Pimentel (DHIS CEFET-MG) – Por entre guerras, raça e identidade nacional: as representações do negro nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles

A apresentação tratará da representação visual de dois momentos bélicos da história nacional - a Invasão Holandesa e a Guerra do Paraguai. Distantes no tempo por séculos, ambos foram investidos como eventos fundadores e consolidadores da identidade nacional no século XIX e, ainda hoje, mobilizados pela história política do tempo presente. Encomendadas por pessoas influentes junto ao governo imperial ou selecionadas como temas pelos próprios pintores históricos – já renomados no período de suas produções, estas telas faziam parte de um projeto de formação de uma cultura visual que educava o olhar sobre aquilo que deveria ser assimilado ou não como parte da história nacional. A imersão na tradição artística, a realização de viagens aos campos de batalha e a escrita da história produzida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) compunham o processo de produção dos artistas da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Ao mesmo tempo em que as pinturas históricas se tornam peças-chave na construção de um projeto de unificação nacional do Segundo Reinado, a partir da segunda metade do século XIX, a representação de personagens negros surgiu como um elemento novo, deixando o tema em foco na crítica de arte durante as últimas Exposições Gerais do Império. A partir de um passeio sobre as telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles, esboçaremos

um panorama sobre os jogos, estratégias e tensões em torno das primeiras representações raciais nas pinturas de batalhas sobre a Invasão Holandesa e a Guerra do Paraguai dos principais artistas do Império.

Palavras-chaves: Pintura histórica; Cultura histórica; Questão racial.

Juliana Godin (DADT CEFET-MG) – Contornos do invisível: análise visual de guerras sociais silenciosas denunciadas por clássicos da História da Arte

Nossa abordagem terá como ponto de partida as palavras “catástrofe” e “guerra”, extraídas do tema gerador do seminário, explorando-as no sentido metafórico. Serão analisadas obras consideradas clássicas ao longo da História da Arte, especialmente entre os séculos XV e XIX, que evidenciam um sistema de representação visual cuja ótica elitista foi responsável pela tentativa de supressão imagética das mazelas sociais e econômicas, contribuindo para a construção de uma visão distorcida do pensamento ocidental. Em contraposição, serão também analisadas obras de Pieter Bruegel, Hariton Platonov, Gustave Doré, August Mansfeld, Hubert von Herkomer, Andre Collin, Briton Rivière, Nicolai Kasatkin, Vincent van Gogh, Edgar Degas, Gustave Coubert, Benjamin Kennington, Pablo Picasso e Cândido Portinari, que trazem à tona um retrato do que aqui denominamos “guerras sociais silenciosas”, como a miséria, prostituição, abuso, sofrimento, fome, desigualdade, opressão, evidenciando disparidades que desnudam a estética de uma vida ilusória, enaltecida pela elite.

Palavras-chave: Guerras sociais; História da Arte; Representação visual.

Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG) – Gê Viana: a imagem remixada e a cura do passado

“Penso que este trabalho é importante para a história (...), estar fazendo e produzindo esse trabalho, jogando ele na rua, é também uma forma de educar e de transformar a memória afetiva dessa população que sempre esteve olhando, vendo, cenas de açoite e violência da população negra, da população indígena”. Estas palavras são de Gê Viana, uma artista visual nascida em 1986 no Maranhão. Suas obras têm como marca a constituição de arquivos, a mobilização de imagens de acervo e a produção de colagens, manipulações e montagens. Gê Viana faz parte de um grupo de jovens artistas visuais brasileiros cujas trajetórias se articulam a significativas mudanças que tiveram lugar no Brasil nas últimas décadas. Essas mudanças marcaram o cenário da arte brasileira, na medida em que o estudo da memória e da história ocupa um lugar importante na produção de muitos artistas dessa geração, como é o caso dela. Tomando como ponto de partida – e de inspiração – as questões trazidas sobre a violência das imagens e dos arquivos por autores como Didi-Huberman e Saidiya Hartman, o objetivo desta apresentação é analisar como, a partir da exploração de um arquivo de imagens coloniais (em especial, fotografias produzidas por viajantes que visitaram o Brasil durante o século XIX), Gê Viana realiza um trabalho de remontagem dessas imagens, propondo outras leituras do passado. Primeiramente, buscaremos mostrar que a mobilização do arquivo é um elemento central na geração de imagens, pela artista, que buscam não apenas questionar o passado, como também curar as feridas que ele produziu. Em segundo lugar, interessa-nos abordar o potencial desse trabalho de remixagem das imagens (como a própria Gê Viana o denomina) para um esforço, que pode ser especialmente interessante para as aulas de história da educação básica: o de complexificar periodizações e de questionar certas compreensões da história do Brasil.

Palavras-chave: Memória; Arquivo; Escrita da história.

14h às 16h: Mesa 3: História, literatura e arte: como habitar uma “terra de ninguém”?

Mediadora: Profa. Ísis Pimentel

Warley Gomes (Doutor pelo PPGH UFMG) – A Revolução Mexicana em páginas literárias: violência, tragédia e rupturas contadas em romances

As revoluções modernas foram caracterizadas, sobretudo, por suas possibilidades de mudanças e por suas intensas violências. A Revolução Mexicana, ao inaugurar o México contemporâneo, não foi diferente. A partir de 1915, com a obra *Los de abajo*, do escritor Mariano Azuela, ou seja, ainda durante as batalhas revolucionárias, a literatura se mostrou uma chave de compreensão do caos, selecionando e organizando as sensibilidades que circulavam em meio aos tiroteios, à poeira e os atos mais violentos dos revolucionários. Após o fim dos conflitos, essa capacidade de organização do sensível, típica da literatura, se fez ainda mais forte, quando se buscou pensar o que deveria ser uma “cultura revolucionária” que mostrasse aos próprios mexicanos, e ao mundo, o que era o México moderno saído do fogo revolucionário. Esse trabalho busca refletir sobre o cânone do romance da Revolução Mexicana – um conjunto de obras produzidas entre as décadas de 1910 e 1940 – e sua capacidade de representar a Revolução, bem como sua forma de redefinir as sensibilidades coletivas a respeito do novo país que surgia, seja através de mostrar novas formas de se perceber o México, seja construindo uma nova memória sobre o passado recente.

Palavras-chave: Romance da Revolução Mexicana; Mariano Azuela; Revolução Mexicana.

Douglas Áttila Marcelino (UFMG) – Michel de Certeau, escrita da história e o problema da morte como origem da escrita no debate literário do pós-guerra

A ideia central da apresentação é analisar o modo como o historiador Michel de Certeau se apropriou da tópica da morte como origem da escrita (sobretudo, da possibilidade poética) presente no debate literário francês do pós-guerra. Por meio da leitura de autores como Maurice Blanchot e Georges Bataille, Michel de Certeau problematizou as relações entre história e literatura (ou história e ficção), conformando uma compreensão bastante complexa da noção de escrita como fundamento da historiografia. Ao mesmo tempo em que se aproximava desse debate literário, Michel de Certeau não deixava de apontar diferenças com relação a certas formulações de alguns desses autores. De todo modo, o enfoque na escrita como fundamento da prática historiadora, sua valorização da dimensão ficcional da historiografia e suas investidas na psicanálise e nos estudos literários o afastam de certa compreensão corrente entre os historiadores, que reduzem suas ideias a uma perspectiva sociológica, ou mesmo o interpretam como autor-chave no combate às aproximações supostamente excessivas entre história e literatura.

Palavras-chave: Michel de Certeau; Morte e literatura; Escrita da história.

Roniere Menezes (DELTEC CEFET-MG) – Canto, afeto e resistência comunitária em *Orfeu Negro* e *Emicida AmarElo*

O presente trabalho almeja investigar a figura do cantor presente no filme *Orfeu negro* (1959), de Marcel Camus, no filme *Orfeu* (1999), de Cacá Diegues – ambos baseados na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes –, e aproximá-los da imagem do cantor “desmitificado” presente no documentário *AmarElo: é tudo pra ontem*, sobre o rapper Emicida. Tomando como viés investigativo os estudos pós-coloniais, a noção de “lugar de fala”, de “biopolítica”, de “comunidade”, “literatura como campo expandido” e a linguagem de algumas canções, almejamos contribuir para o debate relativo à potência de

resistência presente em espaços periféricos por meio de produções que tratam do Brasil em períodos diversos. O filme de Marcel Camus (1958) traz pontos positivos, mas mostra-se bastante exótico; o filme de Cacá Diegues (1999), mesmo sem apresentar alguns dos estereótipos da criação de Camus, revela o morro já ligado ao narcotráfico ainda sob a perspectiva do intelectual branco. O documentário *AmarElo* (2020) retoma cenas dos bastidores do show de Emicida ocorrido no Teatro Municipal de São Paulo, em 1999, traz animações e entrevistas. O trabalho de Emicida dialoga com a valorização da cultura popular empreendida por Mário de Andrade – citado no documentário –, mas agora é o próprio rapper vindo da periferia que apresenta sua voz, sua performance, suas reflexões e traz para a cena moradores de espaços periféricos e personagens que tiveram e têm lugar importante na luta por direitos de minorias no país. A noção de comunidade ganha novos contornos. Um outro Orfeu entra em cena. Ampliam-se, com o documentário, diálogos entre a cultura negra brasileira e instâncias cosmopolitas na contemporaneidade. Mediações culturais, tonalidade lírica e perspectiva sociopolítica fazem-se presentes nas três obras que contribuem para a elaboração deste ensaio.

Palavras-chave: *Orfeu Negro*; *AmarElo*; Comunidade.

27 de abril de 2023 – Quinta-feira – Auditório do *campus* Nova Suíça

16h30 às 19h30 – Exibição, seguida de debate, do filme *Nada de novo no front*, lançado pela Netflix em 28 de outubro de 2022.

Comentarista do filme: Raphael Freitas Santos (DHIS CEFET-MG) – Passado e presente em *Nada de novo front* (2022)

A nova adaptação cinematográfica do clássico *Nada de novo no front* é uma coprodução da Alemanha e Estados Unidos e foi dirigida por Edward Berger. O filme, estreado em 2022 e financiado pela Netflix, foi roteirizado a partir de uma obra homônima, escrita pelo alemão Erich Maria Remarque (1898-1970). O texto de Remarque pode ser inserido como parte dos testemunhos da Primeira Guerra Mundial, que levaram ao público cartas, diários, relatos memoriais e romances históricos. Mas sua obra é bem mais do que o vestígio de uma época, ou matéria-prima para uma história cultural, pois tornou-se um verdadeiro libelo a favor do pacifismo. O romance, tal como o filme, é uma mistura de inventividade e de relato memorialístico, de liberdade criativa e de acuidade histórica, e o mais importante: expõe visceralmente a propaganda de guerra amplamente veiculada por autoridades com credibilidade social, tais como professores e militares, que incentivaram o alistamento voluntário de jovens, sob o risco de serem enquadrados como covardes e traidores da pátria. O fato de a obra de Remarque continuar viva pode ser evidenciada pelas dezenas de prêmios ganhos em sua nova adaptação para o cinema, entre eles quatro Oscar, incluindo o de melhor filme estrangeiro. O motivo para isso pode ser encontrado no contexto atual em que vivemos, marcado por uma nova guerra na Europa, uma nova crise nos valores modernos e uma nova escalada de ideologias nacionalistas, populistas e fascistas. Tal como Paul Bäumer confia para seu amigo Kat após mais uma batalha sangrenta e inglória, nós todos estamos “preocupados com o que vem por aí” e, por isso, precisamos conversar sobre o tema dessa importante obra cinematográfica e literária.

Palavras-chaves: Cinema; Literatura; História.

28 de abril de 2023 – Sexta-feira – Miniauditório do *campus* Nova Suíça

8h às 9h45 – Mesa 4: Experiências da Covid-19: como criações acadêmico-culturais tornaram mais possível a sobrevivência?

Mediador: Prof. James Goodwin Jr.

James Goodwin Jr. (DHIS CEFET-MG) – Na saúde e na doença: história como reivindicação da vida

A comunicação abordará o processo de decisão, criação e produção do livro (*e-book*) *Na saúde e na doença: história, crises e epidemias – reflexões da História Econômica na época da Covid-19*, publicado e disponibilizado gratuitamente pela Hucitec Editora em 2020. O convite foi feito a pesquisadores e pesquisadoras, docentes de diferentes instituições de ensino, atuando em várias regiões do país, para escrever sobre diferentes momentos históricos em que a vida das pessoas havia sido alterada pela eclosão de epidemias e pandemias. A obra buscava responder a três preocupações fundamentais: propor uma reflexão, a partir da História, sobre a relação entre diferentes sociedades humanas e as epidemias e pandemias; utilizar de maneira frutífera e agradável o tempo do isolamento social imposto pela pandemia de SARS-COVID 19; criar um ambiente de contato intelectual e convívio camarada entre as pessoas participantes do projeto, visando a uma melhor saúde mental. Havia uma clara intenção de afirmar a importância da produção histórica em tempos sombrios e, também, reafirmar a esperança na resiliência das comunidades humanas diante de catástrofes.

Palavras-chave: História; Pandemias; Trabalho coletivo.

Wagner Moreira (DELTEC CEFET-MG) – *Corpafeto*, um espaço de confluência poética múltipla.

O livro *corpafeto* é uma antologia poética realizada por um coletivo de poetas que se uniram para provocar uma reação ao estado de abandono e de descaso implementado pela necropolítica do governo brasileiro exercido no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022. Destacar essa circunstância na qual se deu tal atividade coletiva, a saber, um governo que exerceu uma política de rebaixamento financeiro, social, de saúde, educacional e cultural dirigida para a população menos privilegiada, somada ao não reconhecimento oficial da pandemia de covid-19 que assolou todo o planeta, é necessário para se compreender os princípios que ajudaram na concepção e na realização dos trabalhos. Este relato de experiência apresentará esses princípios que serviram de operadores para a realização da antologia poética *corpafeto*. Eles têm como forças maiores o afeto e a experiência, ambos transpassados pela visada dos processos editoriais que devem ser compreendidos como um imaginário discursivo que pode apreender as ações da realidade e, mesmo, construir aspectos daquela ao expressar uma modelagem relacional entre os viventes. Também, deve-se destacar a, por assim dizer, zona de interação que promoveu esses encontros poéticos, o CEFET-MG. Todas e todos poetas que constituem essa antologia têm uma ligação com essa instituição, o que, naquele momento, significou uma possibilidade de afirmação das vozes que constroem certa percepção desse espaço no qual se exerce um processo de educação complexo. É nesse sentido que também se pretende discursar sobre os resultados alcançados e os meios para a realização da obra supracitada.

Palavras-chave: Corpafeto; Poética; Experiência.

Mário Alex Rosa (Doutor pela USP) – Era uma vez uma casa, era uma vez um livro.

A partir da tragédia em escala mundial da pandemia de covid 19 surgiu o livro de poemas *Casa*, em 2021. Mas a poesia pode surgir de uma tragédia? Qual o lugar da arte, em particular a poesia, num momento histórico específico como foi a pandemia? Até que

ponto a arte nos ajuda a sobreviver às tragédias? O que fazer? Foi dessas indagações sem respostas que a “minha” Casa abriu e fechou.

Palavras-chave: Casa; Pandemia; Poesia.

10h às 12h – Mesa 5: Literatura de testemunho, genocídios, minorias: como afirmar a dignidade da pessoa humana?

Mediadora: Profa. Claudia Maia

Breno Fonseca (Doutorando POSLING/CEFET-MG) – A assimétrica condição humana: testemunho e narrativa em *A tabela periódica*, de Primo Levi

A memória da barbárie da Shoah é narrada por Primo Levi (1919-1987) em várias de suas obras, inclusive em *A tabela periódica*, livro publicado em 1975. Esta comunicação tem como principal objetivo refletir sobre aquele que seria o capítulo central – o “buraco negro” – deste livro autobiográfico do escritor sobrevivente de Auschwitz. A partir de algumas pontuações, principalmente à luz do pensamento do crítico italiano Marco Belpoliti, procuro tecer uma relação entre a incompreensibilidade, assumida por Levi diante do absurdo do *Lager* (campo de concentração nazista), e a escritura, em sua forma e pelo modo como foi construída. A busca pela compreensão, empreendida pelo químico sobrevivente, está presente em todo o texto de *A tabela periódica*, no entanto a assimetria da vida insurge como enigma. O aspecto preponderante tratado neste trabalho será a existência de um núcleo que resiste à compreensão, como foi observado pelo próprio escritor, e que se revela fundamental na construção de sua narrativa testemunhal.

Palavras-chave: Testemunho; Shoah; *A tabela periódica* de Primo Levi.

Claudia Maia (DELTEC CEFET-MG) – A literatura é um arquivo: memória e deslocamento em Noemi Jaffe

O trabalho tem por objetivo apresentar uma leitura de *O que os cegos estão sonhando?* (2012), de Noemi Jaffe, a partir da relação entre arquivo, memória e literatura. O livro reúne relatos de três gerações de mulheres de uma mesma família. O primeiro deles e ponto de partida para os outros é o diário de Lili Jaffe (1944-1945), judia sobrevivente de Auschwitz, hoje depositado no *Yad Vashem* em Jerusalém. O segundo, de autoria de Noemi Jaffe e que dá título ao livro, é composto por fragmentos de textos organizados em verbetes que se iniciam, à maneira de uma inscrição, com citações do testemunho anterior, nomeando o tema tratado pela narradora: Destino, Frio, Dinheiro, Pedra, Esquecimento, Oração etc. O terceiro relato, por sua vez, é da neta da sobrevivente, Leda Cartum, que viajou para a Polônia com a mãe, Noemi Jaffe, para conhecer o campo de extermínio nazista. Tomando, sobretudo, o pensamento de Michel Foucault, Jacques Derrida e Walter Benjamin sobre o arquivo e a memória e o de Florencia Garramuño sobre a inespecificidade das produções artísticas contemporâneas, pretende-se discutir como o livro escrito e organizado por Jaffe elabora a Shoah, de forma a se constituir um arquivo fragmentado e infinito, que se alimenta do jogo entre o acúmulo e a subtração, a memória e o esquecimento, o público e o privado – um arquivo incomum, híbrido, que se vale de deslocamentos espaciais e literários para tratar o horror de Auschwitz.

Palavras-chave: Literatura; Arquivo; Noemi Jaffe.

Federico Nunes de Matos (Departamento de Direito da UFOP) – Genocídio e democídio: definições e distinções

O vocábulo genocídio, cada vez mais presente no debate público, comporta sentidos diversos. Originalmente, o termo foi cunhado por Raphael Lemkin, em meados do século passado, combinando a palavra grega *genos* (“raça, povo”) com o sufixo latino *-caedo* (“matar”). O sentido jurídico da palavra genocídio foi instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 1948, por meio da Resolução n.º 260, conhecida como Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, cujo conteúdo foi, posteriormente, transposto para o Estatuto de Roma de 1998, que instituiu o Tribunal Penal Internacional. No Direito brasileiro, o genocídio foi tipificado como crime, por meio da Lei n.º 2.889, de 1º de outubro de 1956. Genocídio, em sua acepção jurídica, constitui ações deliberadas voltadas à aniquilação, no todo ou em parte, de determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Busca-se a destruição da identidade, da segurança, da liberdade, da saúde, da dignidade e da própria existência de determinado grupo. Entretanto, a definição de genocídio acaba por não englobar diversas violações à vida e aos direitos humanos perpetrados pelo Estado. Por exemplo, a definição de genocídio não inclui ações de assassinatos e desaparecimentos forçados de dissidentes políticos realizados por um regime de exceção. Também não se pode denominar de genocídio a morte provocada por assassinatos em massa, quando as vítimas não integram grupo determinado. Diante dos limites da definição de genocídio, Rudolph Joseph Rummel, em sua obra *Death by Government*, propõe o emprego do neologismo “democídio” para designar o assassinato pelo Estado de sua própria população, incluindo, portanto, o genocídio, o politicídio e o assassinato em massa. Assim como o genocídio, o democídio deve ser praticado com intencionalidade. Porém, pode-se incluir em sua definição a negligência consciente do Estado em proteger a vida da sua população. Em suas pesquisas, Rummel concluiu que os Estados democráticos estariam menos propensos a se voltar contra seu povo. Portanto, para o aprimoramento de processos democráticos, em diversas instâncias estatais, constitui ação necessária coibir e prevenir a violência do Estado contra seu cidadão.

Palavras-chave: Genocídio; Democídio; Democracia.

João Victor Oliveira (SEE-MG) – “Tente entender o que tento dizer”: pessoas LGBTQIAP+ nos 200 anos de Brasil

Difícilmente encontraremos um grupo com maior *know-how* de fim de mundo do que as populações que desafiam os sistemas normativos, as políticas hegemônicas e as classificações a partir das quais operam os jogos do poder, nomeadamente as pessoas sexo-gênero dissidentes. Ainda diante das políticas de enquadramento e das exclusões que a historiografia opera, por que esses grupos insistem em contar suas histórias de opressão? Quais são as condições de possibilidade que permitem que esses discursos cheguem à superfície? Tentar narrar o inenarrável das experiências dissidentes talvez seja uma outra maneira de sobreviver à morte ou de produzi-la mais dignamente como forma de se humanizar na linha tênue entre morrer e estar vivo e de ser narrado como uma vida que importa.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIAP+; Narrativa; Dissidência.

13h30 às 15h30 – Mesa 6: O Atlântico Negro e decolonialidade: como fazer justiça em face dos séculos de escravização e racismo?

Mediador: Prof. Leandro Braga de Andrade

Leandro Braga de Andrade (DHIS CEFET-MG) – “Muquife-se”: novos olhares sobre o passado e o presente da cidade de Belo Horizonte a partir da visita ao Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos

A construção de BH e seu desenvolvimento pautaram-se no projeto republicano de modernidade, progresso e racionalidade, mas foram pensados para as camadas médias e altas, excluindo da organização urbana original os trabalhadores, antigos camponeses do Curral Del Rey ou imigrantes do interior, a maioria negros. Ao longo do século XX, o crescimento industrial e demográfico obrigou as autoridades públicas a elaborarem novos projetos de intervenção, fora da zona urbana planejada para ser ocupada inicialmente. Nessas situações, bairros, vilas e favelas continuaram recebendo menor atenção quanto à infraestrutura e serviços públicos, isso quando não removidos. Mesmo que essas medidas tenham se ampliado nas últimas décadas, os bairros pobres e negros de Belo Horizonte continuam sendo vistos com desconfiança e preconceito, inclusive pelo poder público. No entanto, essas unidades populacionais construíram um modo de vida, estratégias de resistência, sobrevivência e uma cultura identitária própria, como é possível verificar no MUQUIFU (Museu de Quilombo e Favelas Urbanos), localizado na Vila Estrela (Morro do Papagaio). O MUQUIFU é, sobretudo, um enclave de resistência negra dentro da cidade. Sua localização, na fronteira entre um bairro majoritariamente branco e uma favela, seu acervo e a “Capela das Santas Pretas” são elementos para uma reflexão didática e histórica críticas. Apresentamos neste trabalho os projetos de ensino realizados em turmas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEFET-MG. Trata-se de visitas realizadas ao MUQUIFU, seguidas por caminhadas pelas regiões Sul e Central da cidade de Belo Horizonte. Produtos finais como fotolivros, sites e exposições foram realizados entre os anos de 2018 e 2022. O objetivo da iniciativa era o de observar a cidade, experimentar alguns equipamentos culturais, sempre sob a ótica provocada pela visita ao MUQUIFU, desenvolvendo um olhar crítico sobre o planejamento urbanístico, a ocupação e a segregação sociorracial de seu projeto moderno. Um universo de afetos e sensibilidades se abriram e a cidade não foi mais a mesma para estudantes envolvidos.

Palavras-Chave: MUQUIFU; Belo Horizonte; Projeto de Ensino.

Pe. Mauro Luiz da Silva (MUQUIFU e NegriCidade) – Territórios soterrados: Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos e Projeto de Pesquisa e Estação NegriCidade – do Arraial dos Pretos à capital dos brancos, a construção de cidades segregadas

Reflexão sobre os “Territórios Soterrados” em Belo Horizonte, patrimônios afro-brasileiros, acervos “populares” e cultura material a partir do “Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU)” e do “Projeto de Pesquisa e Centro de Documentação Estação NegriCidade”. O assédio aos sertões mineiros teve início nas primeiras décadas do século XVII e atingiu seu apogeu em menos de 50 anos. As terras da região foram tomadas de assalto em ações coloniais, as bandeiras paulistas, que eram tropas paramilitares constituídas em sua maioria por mamelucos, que capturavam indígenas, sempre em busca de riquezas minerais e conquista de territórios. No Arraial do Curral Del Rey, a fundação se deu por mamelucos, mas o povoado foi construído e habitado por negros. Com a chegada da Comissão Construtora, estes negros, até então habitantes do antigo Arraial, foram banidos pela ação higienista do Estado para as periferias e favelas da nova capital. Meio século depois, seus descendentes foram segregados também pela ação da Igreja Católica, que proibiu que seus festejos fossem realizados nos templos de Belo Horizonte. Imediatamente após a inauguração da nova capital de Minas Gerais, os antigos habitantes do arraial dos pretos foram expulsos para fora dos limites da cidade planejada para esta ser ocupada por pessoas brancas. Os pobres e negros, já no início do século XX, passaram a ocupar as áreas mais acidentadas e distantes do centro urbano da nova capital, hoje ocupam as vilas e favelas da região metropolitana de Belo Horizonte. O Projeto de Pesquisa NegriCidade lança mão dos saberes ancestrais dos quilombolas da região, os saberes

acumulados pelo MUQUIFU e, também, das pesquisas historiográficas e arqueológicas, para "escrever" tais histórias, que ainda não nos são contadas.

Palavras-chave: Territórios soterrados; Lutas antirracistas; MUQUIFU; Projeto NegriCidade; Memória afro-brasileira; Cultura afro-brasileira; Arraial do Curral Del Rey.

Maria Eliza de Campos Souza (DHIS CEFET-MG) – O projeto de ensino *Baquaqua: protagonista da liberdade* e seus desdobramentos na prática em História

O projeto de ensino *Baquaqua: protagonista da liberdade* utiliza como material a autobiografia de Mahommah Gardo Baquaqua, que narra sua vida na África Ocidental, seu processo de sequestro e escravização, assim como sua luta insistente pela liberdade e pelo retorno à sua terra natal. Essa fonte é muito relevante pela sua força narrativa ao nos apresentar os percursos de Baquaqua pelo Atlântico não apenas como rotas de exploração e violência, mas como um caminho de resistências e lutas pela liberdade. O projeto de ensino está em curso desde 2021 e tem como um dos seus objetivos trabalhar com as trajetórias da população africana em sua diáspora considerando a complexidade e densidade das experiências de vida desses indivíduos, sem esquecer a violência a que estavam submetidos. Para além da violência houve resistência e diferentes formas de luta pela liberdade que caracterizam essa população africana e afrodescendente como sujeitos ativos no processo histórico em curso a partir do estabelecimento do tráfico Atlântico de escravizados para as Américas. Trata-se aqui de apresentar o desenvolvimento do projeto de ensino ao longo desses dois anos e os seus desdobramentos que se situam em duas frentes que se articulam. A primeira frente de trabalhos se relaciona com a aplicabilidade do projeto de ensino junto às turmas do Ensino Integrado no CEFET-MG. É importante ressaltar que o projeto Baquaqua e sua aplicação tem produzido um vasto e rico material resultante das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos estudantes e se desdobrou em vários projetos de pesquisa que foram propostos pelos professores participantes. Nessa comunicação iremos apresentar alguns dos temas que foram desenvolvidos por esses projetos de pesquisa, especificamente os que estão relacionados com o resgate das memórias de indivíduos que, como Baquaqua, foram escravizados e protagonizaram histórias de lutas e resistência contra a escravidão na América Portuguesa. São vivências que demonstram o protagonismo dessa população escravizada na América em sua luta pela liberdade ou manutenção dela junto às instituições administrativas e judiciárias do período colonial.

Palavras-chave: Ensino; Projeto Baquaqua; prática em História.

15h45 às 17h45 – Mesa 7: A Ditadura Militar no Brasil: processo inconcluso de tortura e extermínio?

Mediadora: Profa. Ana Marília Menezes Carneiro

Joelma Xavier (DELTEC CEFET-MG) – Sobre memória e trauma em contos de Bernardo Kucinski

É possível narrar um trauma? É possível fazer ficção com momentos de repressão? De que maneira a literatura dimensiona/redimensiona vivências traumáticas? Em “Narrar o trauma”, Seligmann-Silva (2008, p. 70) afirma que “o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração” e que “a literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe um serviço”. Segundo esse autor, de Homero, especialmente em *Iliada*, ao teatro pós-Shoah de Beckett, há uma tentativa, por meio da linguagem literária, de interiorizar a cena traumática que, muitas vezes, pode se confundir com a própria história da arte e da literatura, uma vez

que “todo produto da cultura pode ser lido no seu *teor testemunhal*”. Tomando como base essas reflexões teóricas, os contos de Bernarndo Kucinski, na antologia *Você vai voltar pra mim e outros contos*, podem ser interpretados, inicialmente, como um processo dinâmico de tensões relacionadas à truculência da ditadura militar brasileira, em especial, pelo fato de o autor problematizar aspectos plurais relacionados a esse período: há perspectivas sobre a realidade de diferentes classes sociais; sobre o olhar alienado de militantes, de militares e de cidadãos comuns; sobre gerações diferentes; sobre sindicalistas e metalúrgicos, sobre moradores das áreas rurais etc. Diante desse quadro de tratamento da memória, da história e do esquecimento, observa-se que muitos são os contratempos e prejuízos humanos associados ao período da ditadura militar no Brasil. Os processos de enrijecimento de controle estatal, as estratégias de domínio político-cultural e as tentativas de apagamento da memória marcaram o cotidiano da sociedade durante os anos que envolveram o estado de exceção. Apesar dessa realidade, os relatos de tortura e de denúncia testemunham diferentes versões para os fatos e contêm o poder de ressignificação da memória, especialmente por meio da escrita literária. Nesta comunicação, apresentarei reflexões propostas no artigo “De memória, trauma e ficção: um olhar sobre a narrativa de Bernardo Kucinski”, publicado no dossiê “Memória e Testemunho”, da revista *Literatura e Autoritarismo* (UFSM), no qual proponho uma discussão sobre os temas memória e trauma na construção ficcional, a partir da análise de contos publicados na antologia *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski (2014).

Palavras-chave: Memória; Trauma; Ficção.

Miriam Hermeto (UFMG) – História oral e testemunho: historiadores e as narrativas sobre a ditadura militar brasileira

Em artigo de 2015, o historiador Mateus Pereira avaliou a ditadura militar como um alvo de guerras de memória no contexto recente, evento que vinha passando de “não inscrito” para “de inscrição frágil” na memória social brasileira. Nos últimos anos, depois da publicização do relatório da Comissão Nacional da Verdade e em contexto político de radicalização, com crescente atuação de tendências fascistas, recrudescceu essa guerra de memórias sobre o período e seus significados históricos e sociais. Neste processo, aumentaram também as iniciativas de registro de narrativas orais sobre o tema. Em diálogo com a proposição das historiadoras Virgínia Buarque e Nara Cunha (2015), “de que, sob determinados critérios epistêmicos e teóricos, a escrita histórica possa assumir contornos de narrativa testemunhal”, esta comunicação se propõe a discutir como, por um lado, as entrevistas de história oral e, por outro, os testemunhos colhidos por comissões da verdade no Brasil têm produzido narrativas com potencial para subsidiar pesquisas históricas que tenham como objetivo a construção de uma memória mais justa (Ricoeur, 2007) sobre a ditadura militar brasileira. Com este viés analítico, serão debatidas as diferenças e as interfaces entre as naturezas das narrativas produzidas em contextos de pesquisa ou de investigações da justiça de transição. Especialmente, serão analisados aspectos éticos relacionados a como historiadores e historiadoras podem abordar as especificidades da performance narrativa de entrevistados/depoentes em cada uma dessas situações ao produzir seus trabalhos, considerando os abusos – seja de esquecimento, seja de lembrança – tão comuns em contextos de disputas de memória.

Palavras-chave: História oral; Testemunho; Ditadura militar brasileira; Memória justa.

Juliana Ventura Fernandes (IFMG) – Pensar a ditadura com os povos indígenas: efeitos narrativos, efeitos políticos

Essa comunicação tem por objetivo refletir sobre inflexões, tensionamentos e possibilidades que uma análise da ditadura a partir da perspectiva dos povos originários traz à compreensão dos Estados de Exceção. As violações de direitos contra os povos indígenas durante a ditadura militar inscrevem-se em uma articulação bastante específica entre violência racial e desenvolvimentismo capitalista. Essas violações, no entanto, não se restringem ao Estado ditatorial, orientando um tipo de política não circunscrita aos regimes de exceção, mas fundante do próprio Estado Nação no Brasil. Deste modo, pensar a história da ditadura com e a partir das experiências dos povos indígenas requer um esforço de deslocamento e reinscrição das temporalidades e modalidades pelas quais se concebe a violência. As formas coloniais e neocoloniais de ataques contra os povos originários ressaltam seu caráter contínuo e permanente e complexificam a noção de violação de direitos que toma a dimensão humana como central aos fenômenos. Portanto, compreender a ditadura a partir dos povos indígenas – aqueles que, como recentemente lembrou Eliane Brum, não apenas habitam biomas, mas são parte deles – demanda que pensemos em relações interespecies, nos efeitos das políticas estatais e/ou das ações de agentes privados na degradação dos biomas e na distribuição desigual dos danos dela decorrentes, nas relações de pertencimento espiritual, nas possibilidades de continuidade da “cultura”, entre outros aspectos. Nesse sentido, as experiências indígenas na ditadura não apenas tensionam e ampliam a compreensão do significado da violência, como também nos remetem a outras formas de pensar políticas de reparação e memória, abrindo caminho para reflexões contemporâneas sobre o racismo ambiental e a crise climática.

Palavras-chave: Povos indígenas; Ditadura militar; Políticas de reparação.

Luiz Carlos Gonçalves Lopes (DELTEC CEFET-MG) – Escrever com fumaça: uma leitura de *Estrela distante*, de Roberto Bolaño

O presente texto pretende efetuar uma leitura do romance *Estrela distante*, do escritor chileno Roberto Bolaño (1953-2003), publicado em 1996. Partimos de uma reflexão sobre como o texto de Bolaño, a partir da discussão sobre escrever e sobre a própria literatura, acaba por efetuar um testemunho de um dos períodos mais sombrios da história latino-americana e de modo mais particular do Chile e da ditadura chilena. Num primeiro movimento, pretendemos demonstrar como o romance de Bolaño pode ser lido como uma recuperação crítica do período da ditadura chilena, já que sua escrita amalgama de modo muito singular história coletiva, memória pessoal e ficção. Em seguida, discutiremos também as figuras do narrador e de alguns personagens do romance que são desenvolvidos pelo escritor com a intenção de problematizar o próprio lugar da literatura e da arte como meios de reafirmar um dado contexto histórico autoritário ou, ao contrário, como modo de resistência às injustiças de tempos sombrios. Para o primeiro movimento de leitura do texto, nos apoiaremos, sobretudo, em alguns escritos de Walter Benjamin (2001) e Georges Didi-Huberman (2011), nos quais os críticos discutem as relações entre literatura e memória, e para o segundo movimento de leitura, teremos como horizonte algumas contribuições de Evelina Hoisel (2019) sobre a figura do escritor e do intelectual múltiplo, que serão fundamentais para a leitura pretendida do romance em questão. A partir dessas contribuições, pretendemos efetuar uma leitura de *Estrela distante* que demonstre como o romance é em alguma medida um testemunho de um contexto sombrio e ao mesmo tempo uma obra que efetua uma discussão incontornável sobre as relações entre escrita, história e política.

Palavras-chave: Roberto Bolaño; Literatura; Ditadura.

28 de abril de 2023 – Sexta-feira – Auditório do *campus* Nova Suíça

18h00 às 19h30: Conferência de encerramento – Ricky Goodwin

Mediador: Prof. James Goodwin Jr.

E no entanto é preciso cantar... (faz escuro, mas a Arte decanta)

A linguagem é nosso principal meio de comunicação. A palavra é a grande ferramenta na elaboração da linguagem, ao nos comunicarmos com outros seres. A expressão por palavras é um dos fatores que caracterizam os humanos. Há momentos, no entanto, em que as palavras nos faltam. Situações vívidas, sentidas e vividas tão intensamente que a mente humana não consegue canalizar em palavras, descrições ou sensações. Respira-se fundo e o ar das palavras não vem, falta folego comunicativo. Aquilo que não podemos dizer torna-se o indizível. Alguns dos humanos carregam em si o impulso por dizer, reportar, escrever, comunicar, ordenar palavras (ou imagens – as palavras visuais) que transmitam fatos e sensações, às vezes de forma tão intensa que isto se transforma na razão de

seu

viver.

Como manter o pulsar desse impulso quando se afoga no dilúvio do impactante, rareando o ar das palavras? Ou: como criar em obras e por relatos quando as palavras são bloqueadas pelo autoritarismo e outros arreios cerceantes da criatividade? Os humanos têm encontrado forças e formas para tal. Penso no escritor italiano Primo Levi, após sobreviver ao campo de concentração de Auschwitz, valendo-se do seu raciocínio de cientista para dissecar horrores indescritíveis. São os narradores, movidos pelo impulso atávico do testemunhar. Ou talvez por não terem mesmo outra opção: o próprio ato de contar representa não ser esmagado pelo peso do inenarrável. Esse peso pode ter dimensões universais como as do Holocausto ou ser um pesar pessoal, como o da escritora americana Joan Didion, diante da perda súbita de um marido e da angústia por uma filha há meses em coma. Virou o luto em luta, tecendo a narrativa num livro: *O ano do pensamento mágico*. Sim, a arte é arma para buscar verbalizar o indizível. Nesta apresentação irei discorrer sobre alguns exemplos de artistas que criaram maneiras de refutar a opressão que emudece os sentimentos e a repressão que reprisa as narrativas. O americano Art Spiegelman, que retrata o Holocausto pelos quadrinhos de sua obra *Maus*. O iraniano Jafar Panahi, proibido de fazer filmes pelo governo do seu país (e mesmo assim fazendo-os). O chinês Ai Weiwei, preso, censurado, com suas instalações artísticas denunciadoras. E o estudo de caso principal da palestra virá de minha experiência pessoal como integrante da equipe do jornal alternativo *O Pasquim*, o principal veículo de resistência à ditadura que se instalou no Brasil entre os anos 1960 e 1980. Narrarei como o jornal valeu-se de um gênero artístico eficaz para ultrapassar as barreiras do não-se-poder-dizer: o humor, lembrando como operava a censura e outras formas de repressão – com exemplos de obras censuradas – e como os humoristas driblavam os zagueiros de chumbo, penetrando pelas brechas da sátira, para informar o imaginário popular.

Palavras-chave: Opressão; Censura; Testemunho.

Apoio



Realização

LAPPIS | Laboratório de Pesquisa e Práticas em História

DHIS | Departamento de História

DELTEC | Departamento de Linguagem e Tecnologia

DADT | Departamento de Arte, Design e Tecnologia

DEDC | Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário

